



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Jackeline Sampaio Passos (PPGAU- UFF) - jackelinesampaio@id.uff.br.

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU- UFF – Prefeitura Municipal de São Gonçalo – PMSG.

Luciana Vieira C. da Silva (Prefeitura Municipal de São Gonçalo - PM) - luciana_vieira@id.uff.br.

OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Palavras chave: Trabalho Técnico Social, Habitação, Serviço Social.

Keywords: Social Work, Housing, Social Work.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre os desafios de atuação da categoria profissional dos Assistentes Sociais na esfera habitacional e urbana, mais precisamente no Trabalho Técnico Social do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Para tanto, analisaremos, a partir do contexto de desenvolvimento das cidades brasileiras, as particularidades pertinentes à formação desta profissão que, nasce como resposta à rápida e periférica integração do país à dinâmica monopolista de acumulação capitalista. Assim, nosso objetivo é buscar compreender os desafios que se impõe sobre o fazer do Assistente Social no referido Programa Habitacional, que se constitui sob uma lógica produtivista de novas unidades habitacionais a partir da estratégia de reduzir os possíveis efeitos da crise financeira de 2008 no Brasil.

2- O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DA URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE NO BRASIL

A análise da introdução da categoria profissional de assistentes sociais na questão urbana e habitacional na sociedade brasileira não pode ser feita alheia à compreensão da formação das cidades brasileiras ao longo da história.

Assim, sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras, Maricato (1997) afirma que este ocorreu de forma excludente, tendo se consolidado no século XX no Brasil, através do investimento em áreas que, por sua vez, formam o espaço da cidade predominante em nossa sociedade, fornecendo equipamentos públicos desigualmente e fomentando sua desproporcional apropriação pelas classes.

A literatura nos mostra que o início da formação da profissão em questão, se deu como resposta a dinâmica capitalista no que tange às construções das áreas centrais na busca pela modernização, sem buscar superar as desigualdades que permeiam o espaço urbano. Esse resgate histórico nos auxilia na compreensão na constituição da personalidade da profissão de Serviço Social que se constrói no contexto do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana no Brasil, conforme Iamamoto e Carvalho (1982, apud CEFES, ano, p. 33).

Diniz (2018, p. 279) nos diz que, “ainda que houvesse intervenção profissional dos assistentes sociais em programas habitacionais anteriores à década de 1960 (...) o trabalho profissional associado a programas e projetos habitacionais como política governamental é institucionalizado a partir dos anos 1960.”

A forma até então utilizada para execução da política habitacional, se mostrava fragmentária e clientelista no país e se desmantelava diante da inflação que aumentava a cada vez mais e, neste mesmo cenário, entre as décadas de 50,60 e 70, o modelo de urbanização predominante, adquire ainda mais força.

A atuação do profissional no espaço urbano, mais especificamente nas favelas, conquistou grandes mudanças em seu seio, devido a formulação do seu Código de Ética Profissional á um contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir da segunda metade da década de 70, a democratização do debate profissional e a revisão do seu currículo nos anos 80, foram os fatores propulsores de um novo projeto profissional com “uma outra direção social contraposta a anteriormente mencionada abrindo novas alternativas para a prática profissional inclusive na área de habitação” (GOMES, 2001, p. 9 – 10).

3 – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Assim, o trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999.

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MC), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas em que o MC concedesse recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios.

Nesse momento histórico, é possível perceber o interesse no atendimento de determinadas reivindicações da classe trabalhadora e, assim, por sua vez, impulsionar a mediação do mercado e do crescimento econômico, lança-se também no governo Lula o Programa Minha Casa minha Vida, criando em 2009.

Esse pacote habitacional, de acordo com Arantes e Fix (2009, p.1) “lançado em abril de 2009, com a meta de construção de um milhão de moradias, tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, e também como uma política social em grande escala.”

Com a atribuição da construtora em escolher o terreno de localização dos empreendimentos, sem muita intervenção do poder público municipal, o mesmo, por sua vez, acaba sendo escolhido em áreas afastadas dos centros urbanos, sem infraestrutura urbana adequada em seu entorno e equipamentos públicos que comportem a nova demanda.

A partir do acima exposto, é preciso compreender que é nesse cenário e Programa habitacional que o Profissional de Serviço Social também tem se inserido, campo de inúmeras disputadas, tensões e contradições.

Os impactos sociais da inserção urbana segregada dos empreendimentos do PMCMV recaem sobre o trabalho social, particularmente na fase do pós-ocupação dos condomínios (OLIVEIRA, 2016).

Os Assistentes Sociais (nosso objeto de estudo na temática habitacional) são solicitados a atuar na “linha de frente” deste trabalho como mediadores entre Estado e a população beneficiária, considerando-se todos os problemas de ordem estrutural dos empreendimentos habitacionais e o tipo de inserção urbana produzida, a falta de provisão de equipamentos sociais e serviços públicos quando estes deveriam integrar o projeto elaborado (OLIVEIRA, 2016).

As autoras Paz e Taboada (2010, p. 71) caracterizam o trabalho social como sendo processos e ações que dão ancoragem a direção a programas de enfrentamento à desigualdade social e sustentabilidade dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS), porém, o seu “grande desafio está na construção de processos de trabalho que busquem tensionar a lógica do Programa e de fragmentação das políticas sociais (SILVA, *et al.*, 2018). Também é importante destacar que, na atualidade, predomina a lógica da terceirização que permeia o referido trabalho, a partir do estímulo dos próprios normativos que o orientam e que sofrem alterações em seu escopo em determinados espaço de tempo.

Desse modo, percebemos o trabalho do Assistente Social como parte de um trabalho coletivo, que não foge às mutações e metamorfoses no mundo contemporâneo, que tem seus significados e suas consequências (ANTUNES, 2000, p.16), que não podem ser naturalizadas mas sim, desveladas na busca de estratégias que levem a desatar as amarras da inércia frente a um quadro estrutural de precarização do trabalho.

4 - CONCLUSÃO

Pretendeu-se problematizar a inserção do profissional de Serviço Social na dinâmica habitacional com recorte para sua atuação no Programa Minha Casa Minha Vida nos marcos do desenvolvimento do capitalismo em tempos recentes.

Atualmente o Trabalho Social nos programas habitacionais é pautado por normativas que, se por um lado atrelam a provisão de moradias à intervenções na esfera social e na busca pela “amenização das desigualdades sociais”, por outro não deve ter sua atuação engessada pelas mesmas, seu trabalho carece de continuidade e interdisciplinaridade.

Portanto, os tais precisam perceber-se não como meros operacionalizadores de políticas do Estado mas capazes de desvelar as relações contraditórias que permeiam a esfera da vida social e assim criar estratégias coletivas de enfrentamento. Para tanto, observa-se a importância dos profissionais que compõe o trabalho social no PMCMV, como os assistentes sociais, se fortalecerem em diversos espaços de discussão buscando estratégias de atuação e reflexão

5 -REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo, Ed. Boitempo Editorial, 2000.

ARANTES, Pedro; Fix, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. 2009.

CFESS. **Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Política Urbana**. Brasília, 2016.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. **Políticas Urbanas Habitacionais e o Projeto Ético-Político: em Defesa do Direito à Cidade e da Moradia Digna, 2018**, pgs. 269- 284, *In*: Habitação e Serviço Social. Org. Joana Valente Santana. Ed. Papel Social. 2018.

GOMES, M. F. C. M. **Trajetória Histórica do Serviço Social e Políticas Urbanas- retorno à práticas de apoio à remoção de moradores de favelas?***In*: XXVIII Simpósio Nacional de História.Lugares dos historiadores. Velhos e Novos Desafios. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.Lugares dos historiadores. Velhos e Novos Desafios. Florianópolis- SC. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidades**. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

OLIVEIRA, Natália Coelho de. **Habitação e Serviço Social: das origens ao trabalho social no PMCMV**. 2016. 249 f.Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PAZ, R.D.O. e TABOADA, K. **Curso a distância, Trabalho Social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010

SILVA, Caroline Rodrigues *et al.* **A Intersectorialidade do Trabalho Social em Habitação: Apontamentos a Partir da Experiência Profissional do Serviço Social no Município de Duque de Caxias (RJ)**.*In*: Habitação e Serviço Social. Org. Joana Valente Santana. Ed. Papel Social. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de Hegemonia**. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. Ed. Cortez. 2018.

